opea

Demonstrações Financeiras Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendime da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos https://publicidadelegal.gazetasp.com.br; b) https://opeacapital.com/; c)https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?tipoconsulta=CVM&codigoCVM=18406

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.297	4.319	Impostos, taxas e contribuições	331	2.092
Títulos e valores mobiliários	224	-	Contas a pagar	1.178	1.358
Contas a receber	1.092	300	Salários e encargos sociais	3.600	555
Impostos a recuperar	3.505	2.754	Partes relacionadas	-	3.209
Outros créditos	8.840	6.761	Total do passivo circulante	5.109	7.214
Total do ativo circulante	14.958	14.134	Passivo não circulante		
Ativo não circulante			Provisão para riscos	-	26
Investimentos	10	-	Provisão para contingências	24	
Impostos diferidos	8	-	Contas a pagar	583	
Outros créditos	48	-	Partes relacionadas	249	
Imobilizado e Intangível	4.114	2.646	Total do passivo não circulante	856	26
Direito de Uso	968	-	Patrimônio líquido		
Partes relacionadas	2		Capital social	12.311	1.191
Total do ativo não circulante	5.150	2.646	Reserva Legal	290	238
			Reservas de lucros	1.542	8.111
			Total do patrimônio líquido	14.143	9.540
			Total do passivo		
Total do ativo	20.108	16.780	e patrimônio líquido	20.108	16.780

d) https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)					
			Reservas de lucros		Total do
	Capital	Capital		Retenção	patrimônio
	Subscrito	à integralizar	Legal	de lucros	líquido
Saldos em 1 de janeiro de 2020	15.692		3.138	7.997	26.827
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.191	-	238	8.111	9.540
Variações do patrimônio líquido	(14.501)		(2.900)	114	(17.287)
Saldos em 1 de janeiro de 2021	1.191	-	238	8.111	9.540
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17.311	(5.000)	290	1.542	14.143
Variações do patrimônio líquido	16.120	(5.000)	52	(6.569)	4.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

 Contexto operacional: A Opea Securitizadora S.A. riências de eventos passados e correntes, pressupostos rela-("Companhia") é uma Companhia anônima aberta, tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria nº 1.240, 6º andar, Conjunto 62. Seu controlador é a minação dos valores adequados a ser registrados nas de-Yawara Brasil S.A. A Companhia tem como principal ativida-monstrações financeiras. **Mensuração do valor justo:** Uma (antiga Yawara Brasil S.A.), sociedade do Grupo Jaguar Growth Partners, adquiriu a totalidade das ações de emissão da RB Capital Companhia de Securitização (que passou chamar-se Opea Securitizadora S.A. a partir de 7 de setembro de 2021), que era de titularidade da RB Capital S.A., tornando-se a única acionista e controladora da Companhia. **2. Base de** preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstra ções financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Con tábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabili dade (CFC). A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Com panhia na sua gestão. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia no Brasil. As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas de-monstrações financeiras, tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezemautorizada pela Administração em 08 de março de 2022 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: As de monstrações financeiras individuais e consolidadas são apre sentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Compa nhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas de monstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. 2.3. Demons tração do Valor Adicionado ("DVA"): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Compa nhia e sua distribuição durante determinado período e é apre sentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações financeiras . A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 "Demons

de a aquisição de créditos imobiliários e de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários e em direitos quer a mensuração de valor justo para ativos e passivos fido agronegócio. Em 15 de julho de 2020 houve a cisão parcial nanceiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um da Companhia e em 09 de abril de 2021 a Opea Capital S.A. ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Ní vel 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. 3. Patrimônio líquido: 3.1. Dividendos: Em 03 de fevereiro de 2020, a Companhia pagou dividendos, no montante de R\$ 4.000, advindo da reserva de lucros e conforme assembleia de 8 de abril de 2021, no semestre findo em 30 de junho de 2021 os acionistas aprovaram a renúncia de R\$ 1.629 e o pagamento de dividendos no montante de R\$ 112. O Estatuto Social da Companhia Prevê a Constituição de Dividendos mínimos de 25% do saldo restante do lucro líquido após a dedu ção da Reserva Legal. Destinação do Resultado do Exercício: O lucro líquido do exercícios findos em 31 de dezembro bro de 2021. A emissão das demonstrações financeiras foi de 2021 e 2020 foi destinado conforme demonstrado abaixo:

autorizada pela Administração em 08 de março de 2022.	<u>_3</u>	1/12/2021	31/12/2020	
2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: As de-	Lucro líquido do exercício	1.046	6.755	
monstrações financeiras individuais e consolidadas são apre-	Reserva legal - 5%	(52)	(238)	
sentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Compa-	Base de cálculo para dividendos	994	6.517	
nhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas de-	Dividendos mínimos obrigatórios	249	1.629	
monstrações financeiras são apresentadas em milhares de	Dividendos declarados	(249)	(1.629)	
reais, exceto quando indicado de outra forma. 2.3. Demons-	Juros sobre capital próprio pagos	-	(774)	
tração do Valor Adicionado ("DVA"): Essa demonstração	Retenção de lucros	745	4.114	
tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Compa-	4. Lucro por ação: O cálculo básico	de lucro líq	uido por ação	
nhia e sua distribuição durante determinado período e é apre-	é feito através da divisão do lucro líqu	uido/(preju	ízo) do exercí-	
sentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação	cio, atribuído aos detentores de açõe	es ordinária	as da Compa-	
societária brasileira para companhias abertas, como parte de	nhia, pela quantidade média ponder	ada de açõ	es ordinárias	
suas demonstrações financeiras . A DVA foi preparada com	disponíveis durante o período.			
base em informações obtidas dos registros contábeis que	01/0	1/2021 à (01/01/2020 à	
servem de base de preparação das demonstrações financei-	31,	/12/2021	31/12/2020	
ras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 "Demons-	Lucro do período atribuível			
tração do Valor Adicionado". 2.4. Uso de estimativas: A	aos acionistas da Companhia	1.046	6.755	
preparação das demonstrações financeiras requer o uso de	Quantidade	7.927	7.927	
cartas actimativas cantábais nor parto do Administração do	Lucya Kaulda héalaa aay aaga			

certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração expe-0,132 A DIRETORIA Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

CNPJ/MF N° 60.890.746/0001-40
NIRE 35.300.054.512
Edital de Convocação - Assembléia Geral Ordinária
Convocados os Sres Acionistas, para AGO, a realizar-se no
dia 13/04/ 2022, às 10n00, na sede social. Rua da
Consolação, 1992, 2° andar, conj. 22, SP/S P, Ordem do
Dia: a) Tomar as contas dos administradores e as
demonstrações financeiras relativas a exercício social findo

emonstrações financeiras relativas ao exercício social find em 31/12/21; b) Proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao resultado do exercício findo em 31/21/2021e

sobre pagamento de dividendos; c) Outros assuntos de

interesse social. SP, 23/03/2022. Rodolfo de Almeida Prado

RB Capital Companhia de Securitização) Tipo de opinião: Opinião sem modificação e sem www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?ti Santa Cruz Participações S.A. Taua Assessoria Empresarial Ltda.

REALTY VII EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPI/ME nº 14.404.279/0001-83 - NIRE 35.300.439.244

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 02 de Dezembro de 2021

Hora, Data, Local: 02.12.2021, às 09hs, na sede, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 11º andar, part

im Bibi, São Paulo/SP. **Presença**: Totalidade dos membros. <u>Mesa</u>: Presidente, Marcelo Michaluá; Secretário

Alexandre Rhinow, **Deliberações Aprovadas: (i)** destituir o Sr. **James Francis Egan Junior**, brasileiro

casado, maior, economista, RG nº 16.540.565-X (SSP/SP), CPF/MF nº 100.239.008-73, do cargo de Diretor da

Companhia, sendo tal destituição com efeitos retroativos à 12.11.2021, data em que o Sr. James Francis Egar

Junior deixou de atuar como Diretor; (ii) destituir o Sr. Mauro Carneiro Lima, brasileiro, casado, engenheiro

civil, RG nº 12.622.203 (SSP/SP), CPF/MF nº 099.715.508-65, do cargo de Diretor da Companhia, sendo tal destituição com efeitos retroativos à 30.11.2021, data em que o Sr. Mauro Carneiro Lima deixou de atuar como

Diretor. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 02.12.2021. Mesa: **Marcelo Michaluá -** Conselheiro

Cavalcanti - Conselheiro, JUCESP nº 149.548/22-9 em 23.03.2022, Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral

Cavalcanti - Conselheiro. JUCESP nº 149.548/22-9 em 23.03.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Ação - Classe: 1005121-27.2021.8.26.0011 - Interdição/Curatela Requerente: Nicolau Kietzmann Penalves Rocha Requerido: Antonio Penalves Rocha Juiz de Direito, Dr. Patricia Maiello Ribeiro Prado Vistos. Trata-se de Ação de Interdição/Curatela ajuizada por T.K.P.R. e N.K.P.R., visto do à declaração da incapacidade do seu genitor, o Sr. A.P.R. para a prática dos atos da vida civil. Narram os autores que o interditando foi diagnosticado com sindrome demencial de inicio precoce, provavelmente derivada da doença de Alzheimer (CID-10-G30), bem como transtorno de humor ansioso/depressivo (CID-10-F41.2), ambos em tratamento, conforme relatórios médicos anexados. Ademais, desde 24/05/2018, o genitor vive na instituição "Lar Sant" Ana", local onde foi constatado, em 21/02/2021 importante piora no quadro cognitivo do interditando, o que comprometeu sua capacidade de execução das atividades básicas diárias. Pretendem os requerentes a nomeação do autor Tiago como o curador, a fim de gerir o patrimônio de titularidade do par. Requer, em caráter liminar, a tramitação prioritária do feito e a nomeação do requerente Tiago como curador provisório, nos termos do artigo 749 do CPC. Ao final, requer a declaração da incapacidade civil do réu, nomeando-se o autor como seu curador definitivo. Juntaram documentos nas fis. 15/40. Manifestação do Ministério Público as fis. 47/48. A fi. 49/50, foi nomeado o requerente Tiago como curador provisório (fi. 94). Houve emenda à inicial (fis. 63/81). O Ministério Público manifestou-se a fis. 88/90. Nomeado curador especial aos requeridos (fis. 53/95), foi ofertada contestação por negativa geral (fi. 93). Réplica às fis. 102/104. Laudo perical nas fis. 14/154. As partes manifestaram-se sobre o laudo a fis. 161 e 170. O Ministério Público opinou pela procedência do pedido (fis. 14/176). E o relatório. Fundamento e decido. Houve substancial modificação legislativa em relação à capacidade civil

mal que o acomete é a piora de seu quadro clínico nos últimos anos, restaram comprometidas suas funções cognitivas e, por conseguinte, està prejudicada sua capacidade de discernimento e análise critica da realidade, o que interfere em sua prática dos atos da vida civil, os quais exigem pleno discernimento e compreensão dos fatos e suas consequências. A incapacidade relatada na inicial foi constatada e confirmada pela prova pericial. Nessa esteira, a Sra. Perita Judicial ancapacidade relatada na inicial foi constatada e confirmada pela prova pericial. Nessa esteira, a Sra. Perita Judicial ancapacidade relatada na situação e determinação.(...) O requerido é portador de doença neuroflogica que lhe causou degeneração motora acentuada de caráter irreversível, doença de Alzheimer F00 CID-10." (fl. 151) e "Assim, o requerido não tem quaisquer condições para realizar a administração de suas finanças, de seu patrimônio, de sua vontade ou de sua compreensão. Visto, o requerido encontra-se em um estado severo de demência, irreversível a tratamento multiprofissional. O requerido é incapaz em caráter total e permanente para expressar seu entendimento e determinação, cabe interdição plena para o portador de deficiência" (fl.151). Não obstante, a conclusão pericial é clara: "verificou-se, durante a avaliação pericial médica, que o requerido se encontra incapaz em caráter total e permanente para expressar seu entendimento e determinação, sendo indicada a sua interdição plena para o portador de deficiência" (fl.151). Não obstante, a conclusão pericial e permanente para expressar seu entendimento e determinação, sendo indicada a sua interdição plena." (fl. 151) Patente a incapacidade civil do réu, é de rigor o decreto de interdição e nomeação de curador, nos fermos do artigo 1767, inciso I, do Código Civil, para a prática de todos os atos patrimoniais e negociais da vida civil, ainda que de mera

Patente a incapacidade civil do réu, é de rigor o decreto de interdição e nomeação de curador, nos fermos do artigo 1767, inciso I, do Código Civil, para a prática de todos os atos patrimoniais e negociais da vida civil, ainda que de mera administração, por se tratar de pessoa incapaz para gerir seu próprio patrimônio. Dessa forma, a curadoria deverá ser exercida por T.K.-P.R. diante do laço de parentesco (filho) e não estando presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 1733 e 1735 ambos do Código Civil. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para DECRETAR a interdição parcial de Antônio Penalves Rocha, declarando-o absolutamente incapaz, nos fermos do art. 3°, inciso II, do CC. para a prática de todos os atos patrimoniais e negociais, ainda que de mera administação (art. 85°, caput Lei nº 13.146/15), de acordo com o art. 1.775 do mesmo diploma legal, combinado com o art. 755, inciso I, do CPC/2015, nomeio-lhe como curador definitivo, o Sr. Tiago Kietzmann Penalves Rocha, seu filho. A causa da interdição é diagnóstico de demência causada por doença de Alzheimer (F00.0 CID-10) (fl. 147/148). Nos termos do art. 1.757 do CC, o curador deverá prestar contas a cada dois anos. ESTA SENTENCA SERVIRA COMO EDITAL, publicado o dispositivo dela pela rede mundial de computadores, no sítio deste Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) messes, além da publicação na imprensa local por uma vez e pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias, uto em conformidade ao disposto no artigo 755, §3°, do CPC Providençie a z. Serventia o necessário para registiro da interdição. No, máis, register-se a presente sentença, na forma

Providencie a z. Serventia o necessário para registro da interdição. No mais, registre-se a presente sentença, na forma do art. 93, e seu parágrafo único, da Lei nº 6.015/73 e no artigo 1.184 do Código de Processo Civil e artigo 9º, inciso

III, do Código Civil. Após a coleta da ciência do curador, que deverá comparecer pessoalmente em cartorio para tal fim, em até dez dias, providencie a z. Serventia a expedição de TERMO DE COMPROMISSO e CERTIDÃO DE CURATELA. P.R.I. São Paulo, 15 de março de 2022. κ.₃οιο₃

ÉDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE MARIA BAPTISTA QUINTA, REQUERIDO POR MARCOS ROBERTO QUINTA - PROCESSO № 1003526-82.2020.8.26.0704. O(A) MM

Presidente da Mesa; **Alexandre Rhinow -** Conselheiro e Secretário da Mesa; **Adalbero de Araújo**

enderecos eletrônicos abaixo: a) https://publicidadelegal. gazetasp.com.br; b) https://opeacapital.com/; c) https://

.487.426/0001-78 - NIRE 352 Redução de Capital Social O capital social da sociedade que era de R\$ 480.400,00 (Quatrocentos e Oitenta Mil e Quatrocentos Reais) de reais, dividido em 480.400 (Quatrocentos e Oitenta Mil e

reais, dividido em 480.400 (Quatrocentos e Oitenta Mile Quatrocentos) de quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, é reduzido para R\$ 360.450,00 representados por 360.450 de quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, lotalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional pelo sócio, por motivo de ser excessivo com relação ao objeto social da empresa conforme os artigos 1.082 e 1.083, CC/2002.

Aos acionistas da sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/rend.

Opea Securitizadora S.A. (anteriormente denominada findo em 31 de dezembro de 2021 encontra-se disponível nos variavel/empresas-listadas.htm São Paulo, 8 de março de 2022 Auditores Independentes Ltda. Contador

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 /alores expressos em milhares de reais, exceto o valor por ação 31/12/2021 31/12/2020 Custo dos servicos prestados ucro bruto 11.302 Despesas) receitas operacionais esas gerais e administrativas (3.374) (1.738 Despesas de comercialização (95) (2.700) espesas com pessoal (9.149)Despesas tributárias Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas ucro (prejuízo) operacional 6.678 quivalência patrimonial Resultado antes das despesas e receitas financeiras (2.328)6.678 Receita Financeira Despesa Financeira (136)(243 ucro antes do imposto de renda e da contribuição social 3.066 9.961 (3.206 contribuição social correntes Imposto de renda e

contribuição social diferidos **6.755** 0,852 Lucro líquido dos exercícios 1.046 ucro líquido básico por ação — R\$ 0,132 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 reais ou quando de outra forma indicado)

31/12/2021 31/12/2020 Lucro líquido dos exercícios Outros resultados abrangentes Total do resultado angente dos exercícios 1.046 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado) 31/12/2021 31/12/2020 Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (2.701)6.369 Caixa líquido gerado pelas (2.447) (1.308 Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades 2.126 (5.203 Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa (3.022) (142 Saldo de caixa e equivalentes 4.319 4.461 de caixa no início do período de caixa no fim do período 1.297 4.319 Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa (3.022)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais

ou quando de outra forma indicado)

31/12/2021 31/12/2020

Receitas	13.128	13.4/4			
Insumos adquiridos de terceiros	(15.438)	(6.718)			
Valor adicionado líquido produzido (2.310) 6.756					
Valor adicionado recebido					
em transferência	5.529	3.526			
Valor adicionado a distribuir	3.219	10.282			
Distribuição do valor adicionado					
Impostos, taxas e contribuições	2.037	3.284			
Despesas financeiras	136	243			
Dividendos	(1.629)	(1.629)			
Lucro retido	2.675	8.384			
Valor adicionado distribuído	3.219	10.282			
As notas explicativas são parte					
integrante das demonstrações financeiras.					
A Companhia não possui nenhum efei	ito dilutivo ou	antidiluti-			

vo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 0,852 2020 e, por isso, não calculou o lucro diluído por ação FÁBIO ROBERTO BENVINDO - Contador - CRC 1SP255684/0-3



4ª VARA CÍVEL - FORO CENTRAL CÍVEL

EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1° e 2° praca) do bem imóvel abaixo descrito, para conhecimento de eventualis interesados e para intimação dos executados: KOCHTAVARES PROMOÇÕES E EVENTOS LIDA (CNPJ/MF N° 57.909.723/0001-25); LUIS FELIPE STARÁCETAVARES (CPF/MF N° 519.099.448-15) e dos terceiros interessados e para intimação dos executados: KOCHTAVARES (PF/MF N° 255.984.168-16); FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITO CREDITORIOS MULTISEGMENTOS NPL - IPANEMA VI (CNPJ/MF N° 36.03.883/0001-03); ARLEQUIM PARTICIPAÇÕES E MERTESARIAIS EIRELI (CNPJ/MF N° 35.386.041/0001-03); ARLEQUIM PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI (CNPJ/MF N° 35.386.041/0001-03); ARLEQUIM PARTICIPAÇÕES ENTRA CARA ADMINISTRAÇÃO DE SENSE PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI (CNPJ/MF N° 36.041/0001-02); FABIO ASSUNÇÃO PINTO (CPF/MF N° 143.928.948-43); BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (CNPJ/MF N° 9.04.00.888/0001-42) e SOCIEDADE RESIDENCIAL QUINTA DA ROMOREZA (CNPJ/MF N° 9.388.899/0001-14).

AMM. Juíza de Direito Dra. Clarissa Rodrígues Alves, da 4º Vara Cível- Fror Central Cível, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na forma da lei, FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessa possa, que por este luízo, processam -se os autos da Ação de Execução de Titulo Extrajudicial, ajuizada por MB IMÓVEIS E PARTICIPAÇÕES EIRELI (CNPJ/MF N° 17.487.964/0001-09) em face de KOCH TAVARES (CPF/MF N° 519.099.448-15), nos autos do Processom *1093435-567.2016.8.26.0100, el oi designada a venda do bem descrito abaixo, nos termos dos artigos 2/46 a 280 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como os artigos 879, II. 888 e 887 do CPC, e de acordo com as recras expostas as securit.

e for oesignada a venda do obem descrito adaixo, nos termos dos artigos 24-b a 28/0 dos Provimentos nº 50/1 999 e 30/2013 da Corregedoria, defai de Justiça/sº que disciplina à alienação em Leita Judicial, assim como os artigos 8/7/2.

10 - IMÓVEL - Localização do Imóvel: Alameda dos Abricós, nº 473 - Residencial Condomínio Quinta da Baroneza, Bragança Paulista, 5ão Paulo, CEP 2918-033 - Descrição do Imóvel: Um imóvel residencial, localizado à Ru Alameda dos Abricós, sob nº 473 . Com a área construida de 2.746,58m², mas anteriormente se tratava de um lote de terreno, formado pela amexação dos lotes números 1,2 e 9, da quadar adminero "A-3", do loteamento denominado "Quinta do Baroneza II, em zona de expansão urbana, da cidade e comarca de Bragança Paulista, com a área de terreno de 10.757,64m² (dez mil setecentos e cirquenta e sete virgula sessenta e quatro metros quadrados) e a seguinte descrição: "fiente para a alamenda dos Abricós, medindo 159,32m (cento e cirquenta e nove metros e trinta e dois centímentos) em linha curva + 13,85m (treze metros e oitenta e cinco centímetros), em curva de concordinada com a Alameda dos Apricos, pela lateral esquenda que confronta com a Alameda dos Apriços em linha reta, e nos fundos confronta com os classes en ovem entre se centimentos) - 9,50m (cinquenta e no vene metros e directos e quarenta e nove centímentos), sendo 60,00m (sessenta metros) como lote 3 (três) e 58,59m (cinquenta e no morte partos e cirquenta e nove centímentos), sendo 60,00m (sessenta metros) como lote 3 (três) e 58,59m (cinquenta e nove metros e quarenta e nove centímentos), sendo 60,00m (sessenta metros) como lote 3 (três) e 58,59m (cinquenta e nove metros e quarenta e nove centímentos). cinquenta e oito metros e cinquenta e nove centímetros) com o lote 8 (oito)".

Cartório de Registro de Imóveis de Bragança Paulista/SP **Önus** Caução Indisponibilidade

AV. 08 2501/2021 Penhora Execuenda Proc. nº 103994/25/2016 Se Soution O Seriano Empreenomentos E Participacios Libra. AV. 10 Seriano Empreenomentos E Participacios Libra. OBS 01: O Residencial Quinta da Baroneza está localizado a 102 quilómetros de São Paulo, entre as cidades de Itatiba e Bragança Paulista. Com uma área total de 10 milhões de emetros quadrados, a Quinta da Baroneza é um remanse de taranquilídade repleto de luxo e conforto. Os dois milhões de 400 milmetros quadrados de emata atlânticar preservada, so 7; Serie Jagos e as 20 (vinte) nascentes, além da proximidade do Río Abibaia dão à Quinta da Baroneza é um remanse de lazare exclusivo. Os amplos espaços internos como sala de lo; sala de jantas saía de jogos e cozinha equipada, conta ainda com 7 (serle) suites, sendo 3 (três) delas com terraço. Junto à sala de jantar principal, encontra-se a dega profissional Possui grazagem privativa para 8 (cito) coloraros. A levade de serviço comopilea, com despersa, levaderia, di Cigo) domitiforio para em prepados e casa de caseiro compete em aéra en esversa del Avaliação às 88. 2546/2601). OBS 02: A área construida de 2,746,58m² és subdividida em: 1.514,58m² de edificação principal (casa); 80m² referente a academia; 190m² da quadra de bowls; 722m² da quadra de tênis; 240m² de área de piscina, totalizando 2,746,58m²

USS QL: A dried constitution de 2.749, 28m° es succividad ent. 1.3 14, 30m° de terrainez, pusitiva participat, por la respectativa de participat, por la companidad ent. 1.3 14, 30m° de 100 de

Valor de Availação do imóvêt. R\$ 57.500.000.00 (Fev/2022 — Availação às fix. 2546/2601 — Homologação às fix. 2527/2629). Overhita crist (180, 843, 649-6402). es eventos em Divida Ativa e, R\$ 8.511, 45 referente a débitos tributários de IPTU do anos de 2022 não inscritos em Divida Ativa e, R\$ 8.511, 45 referente a débitos tributários de IPTU do anos de 2022 não inscritos em Divida Ativa e, R\$ 8.511, 45 referente a débitos tributários de IPTU do anos de 2022 não inscritos em Divida Ativa e, R\$ 8.511, 45 referente a débitos tributários de IPTU do anos de 2022 não inscritos em Divida Ativa e, R\$ 8.511, 45 referente a débitos tributários de IPTU do anos de 2022 não inscritos em Divida Ativa e, R\$ 8.511, 45 referente a débitos tributários de IPTU do anos de 2022 não inscritos em Divida Ativa e, R\$ 8.511, 45 referente a débitos tributários de IPTU do anos de 2022 não inscritos em Divida Ativa e, R\$ 8.511, 45 referente a débitos tributários de IPTU do anos de 2022 não inscritos em Divida Ativa e, R\$ 8.511, 45 referente a debitos tributarios de 1970 de 19

12 - Havendo pluralidade de credores ou exequêntes, os créditos que recaemisobre o bem, inclusive os de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o respectivo preço fartigo 908, §1°, do CPC).

31 - A allenação será formalizado por termo nos autos, com a assinalma do juiz, do exequente, do adquiriente, e, se estivenes, to executado, o casãão em que a será expedida a carta de allenação e o mandado de imissão na posse, quandos es tratar de bem inível e a ordem de entrega ao adquiriente, quandos es tratar de bem mivor el e a ordem de entrega ao adquiriente, quandos es tratar de bem mivor el entrega ao adquiriente, quandos estratar de bem mivor el entrega ao adquiriente, quandos estratar de bem mivor el entrega de los delicios de comentos serão expedidos depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado a pagmente do a comissão do leleileorio esta destrato da comissão do eleileorio esta destrato da comeis podo das Nesta coassão, haverdo proprososta de compras à vista, ou parcendaca do correspondente ativo, estas serão de veados à apreciado ea provação dos este MM Juízo.

15 - DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante o Oficio onde estive tramitando a ação, ou no escribiró do eleileori cidazado na Avenida Paulista, nº 2421, 1º 40 nutra. Pela Vista - CEP 01.311-300 - 580 Paulo — SP endereço eletrónico com Jetor estitus poda substancia de provação de ser de la pupe eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronas (artigo 889, Parágrafo Único, CPC). Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 10 de março de 2022. Eu, escrevente, digitei, Eu, Escrivão 36) — Protetor(a) substancia.

18 - A publicação desta edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos partonas (artigo 889, Parágrafo Único, CPC). Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 10 de



12/04/2022. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS Das 13:01 do dia 12/04/2022 às 13:30 horas do dia 12/04/2022 INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 13:31 Min do dia 12/04/2022. Licitação com tratamento diferenciado para ME EPP - LOCAL: www.bll.org.br - Acesso Identificado. Informações www.pedrabela.sp.gov.br / (11/4037-1277 - R.119 / pedrabelalicitacoes@gmail.com. Álvaro Jesiel de Lima - Prefeito Municipal.



CHAMADA PÚBLICA Nº 27/2022 - Processo Seletivo para contratação de Organização Social de Saúde, para Contrato de Gestão de 02 (dois) CAPS — Centro de Atenção Psicossocial (Por lotes). — Recebimento de Envelopes no dia 14/04/2022. Local: Rua Agostinho Ferreira Campos, 675, 2° andar — Vila Nova — Itapevi/SP. — retirada do edital gratuitamente, na pática de Nova — Capa de a labevi/sP. - Tetridad od edital gratularimente, na pa-gina da Internet http://www.itapevi.sp.gov.br, link: CHA-MAMENTO PUBLICO (https://chamamentos.itapevi.sp. gov.br/chamamentos) ou na Secretaria através do re-colhimento de taxa – Maiores esclarecimentos: E-mail: licitacoes@itapevi.sp.gov.br. Itapevi, 29/03/2022 – Co-missão de Chamamento Público.

RB Commercial Properties 61 Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ nº 39.540.136/0001-20 - NIRE 35.300.558.19-7 Ata de Assembleia Geral

Extraordinária em 16.02.2022 às 11hs CERTIDÃO: Certifico o Registro na JUCESP sob o n 123.043/22-0 em 08/03/2022. Gisela Simiema Ces chin - Secretária Geral.

RB Commercial Properties 30 Empreendimentos Imobiliários S.A.

NPJ nº 13.015.567/0001-83 - NIRE 35.300.543.45-9 Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 16.02.2022 às 11hs

CERTIDÃO: Certifico o Registro na JUCESP sob o n 132.807/22-1 em 15/03/2022. Gisela Simiema

eschin - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1002516-40.2017.8.26.0176 O(A)

EDITAL DE CITAÇAO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1002516-40.2017.8.26.0176 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1º Vara Judicial, do Foro de Embu das Artes, Estado de São Paulo, Dr(A), Rodrigo Aparecido Bueno de Godoy, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) FRANCO MARCELO RODRIGUES, Brasileiro, CPF 154.001.928-40, com endereço à Av. Iral, 393, CJ. 76, Indianópolis, CEP 04082-001, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO, para a cobrança de R\$ 9.874.97 (Maior/2017), decorrentes das mensalidades vencidas nos meses de Janeiro a Dezembro de 2016, oriundas do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais firmado entre as partes. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Embu das Artes. aos 22 de marco de 2022. lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Embu das Artes, aos 22 de março de 2022.

cpfl santa cruz

deste comunicado.

COMPANHIA JAGUARI

DE ENERGIA CNPJ/MFn°53.859.112/0001-69
Audiência Pública

A Companhia Jaguari de Energia, nome fantasia CPFL Santa Cruz, comunica que está em Audiência Pública seu Programa de Eficiência Energética ANEEL, em conformidade com as disposições de seu Contrato de Concessão nº 014/1997, Lei nº 9.991, de 24/07/2000, Lei nº 12.212, de 20/01/2010 e da Resolução Normativa ANEEL nº 929/2021 de 30/03/2021 Esta Audiência Pública tem como objetivo apresentar aos clientes e à sociedade informações sobre seu Programa de Eficiência Energética e colher pleitos, opiniões e sugestões diretamente dos interessados. As informações do programa estão publicadas no site https://www.grupocpfl.com.br/energias-sustentaveis/resultados-e-audiencia-publica onde também é possível a participação dos interessados mediante o preenchimento de formulário disponível nesta página. Os interessados também podem enviar suas sugestões pelo endereço postal (Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1632, Jardim Professora Tarcília, CEP 13.087-397, Campinas/SP) endereçado à SPF - Gerência de Eficiência Energética Audiência Pública, contendo nome, instituição, cargo/profissão, endereço, telefone e e-mail para contato e a sugestão ou comentário. A audiência pública estará aberta para recebimento de propostas e/ou sugestões no prazo de até 30 dias contados da data da publicação

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1000357-33 2017. 8,26 0271 O(A) MM. Juiz(a) de Direite da 2º Vara Cível, do Foro de Itapevi. Estado de São Paulo, Dr(a) DEBORA CUSTODIO SANTOS, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A Brascargo Logistica e Transportes Ltda CNPJ 06.127.770/001-86 que Carento Cefe ejuizou Ação de Reintegração de Posse (R\$ 10.000,00 - jan17) em relação ao imóvel sito a Rua Nova São Paulo, 550, Bairro Itaguey/SPC, CM 23114.3 f83.30150-00-000-1, matricula nº 5.560 do CRI local, em razão do inadejmemento por parte da ré em relação ao contrato firmado em 26.11.14. Foi deferida a liminar, com a reintegração em 01.06.17 do auto a posse do imóvel (fils. 1011). Estando a ré em lugar ignorado, expede-se o edital, para que fique intimada da limina e para que em 15 dias, a fluir após os 20 supra, conteste o feito, sob pena de confissão e reveita, caso em que será nomeado curador especial. Será o edital, atxado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado neste cidade de Itapevi, aos 24 de março de 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1003757-73.2013.8.26.0278 O(A) MM. Juiz(a) de Direit da 1ª Vara Cível, do Foro de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, Dr(a). Antenor da Silva Cápua, na forma d Lei, etc. FAZ SABER a(o) LINDACI MARIANO AMORIM, Brasileira, RG 45.846.613-X, CPF372.897.178-21, con indereço à Rua Leme, 34, casa 01, Jardim do Carmo, CEP 08577-620,ltaquaquecetuba - SP, que lhe foi propost ma ação de Monitória por parte de Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC Administração Regional n estado de São Paulo, requerendo o recebimento de R\$3.527,32 (jul/13) decorrente das mensalidades vencidas d 10.02.11 a 20.09.11 do contrato firmado em 20.04.10 para o curso de Técnico em Segurança do Trabalho. Encontrando e o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da açãr roposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta dão sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será vresente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade d laquecetuba, aos 14 de janeiro de 2022.

Doutor Ricardo Felicio Scaff Mm. Juiz De Direito Da 1º Vara Civel Da Comarca De Guarulhos, Estado De São Paulo a forma da lei, etc. FAZ SABER, a todos os que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que nos autos to processo nº 1006439-61.2016.8.26.0224 que neste juizo corre seus trâmites, Ação de Usucapião, em que são utores Lucas Marques Alcantara, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº 28.732.311-0 e inscriti o CPF n° 304.434.808-00, Fernando Marques Alcantara, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 28.732.314-X e inscrito no CPF n° 218.631.788-56, e Thiago Marques Alcantara, brasileiro, divorciado, alteta portador da cédula de identidade RG n° 28.732.304-2 o queis emperem a declaração do dominio sob o inóvel sitr nº 28.732.347.X e inscrito 'no OPF nº 216.831.788-56, e Thiago Marques Abantara, brasilairo, divorciado, atleta, portador da cédula de identidade RG nº 28.732.309-2, os quais requerem a declaração do dominio sob o imóvel sito à Rua João Colado, nº 292, Jardim Fortaleza, Município de Guarulhos, Estado de São Paulo. Foram realizadas lentativas para localizar o rêu nos endereos. Rua Natingui, nº 1317, Villa Madalena, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05684-002; e Rua Natingui, nº 1317, Villa Madalena, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05684-002; e Rua Natingui, nº 1355, Morumbi, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05686-004, como está o mesmo em lugar incerto e não sabido, não sendo possível citá-lo pessoalmente, nestas condições foi deferido a citação pelo presente edital, portanto, é expedido o presente edital para a C11AçÃO de Custódio Ribeiro Ferreira Leile Neto, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador do RG nº 7313990-4 e inscrito no CPF nº 944.469.898-04, para, querendo, ofereça em 15 (quinze) dias contestação e ser notificado dos ulteriores termos do processo, a que deverá comparecer, sob pena de reveila. Para conhecimento de todos é passado o presente edital, quia 2º via fica afixada no local de costume. EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 20 (vinte) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o reiu será considerado revei caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Guarulhos, aos «Xaosatnos de 2004 de 2004 de 2004 de São de 2004 de 2

DITAL PARA CONHECIMENTO GERAL - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1001230-85.2022.8.26.000 D(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara da Familia e Sucessões, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Juliene Carvalho Martins, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) quem possa interessar que este Juízo tramita a ação de Alteração de Regime de Bens movida por Vinicius Buccelli Ribeiro e Robert otenza da Cunha Ribeiro, por meio da qual os requerentes indicados intentam alterar o regime de bens do asamento. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734, § 1º do CPC. Será o presente edital, poi xtrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos16

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº 0038549-41.2021.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 37ª Vara Civel, do Foro Central Civel, Estado de São Paulo, Dr(a). Patrícia Martins Conceição, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ao JHONATTAS DE PAULA GUEDES, RG 411472562 e CPF 299.513.248-00, que por este Juízo, tramita uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Amc Serviços Educacionais Ltda, foi determinado, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R\$ 34.090,80 (valor em 31/10/2021 fls.21), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS.

OMEGA ENERGIA S.A.

(Companhia Aberta)

CNPJ/MF nº 42.500.384/0001-51 - NIRE 35.300.571.851 | Código CVM 26441 EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022

O conselho de administração da **Omega Energia S.A.**, sociedade anônima, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, nº 68, 12º andar, conjuntos nº 123 e 124, Bairro Vila Olím pia, CEP 04.552-040, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.571.851, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 42.500.384/0001-51, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A", sob o código nº 2644-1 ("**Companhia**"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), e dos artigos 3º, 4º e 5º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481/09"), convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em assembleia geral ordinária e extraordinária ("Assembleia Geral" ou "AGOE"), a se ealizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2022, às 13 horas, de forma exclusivamente digita ara examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (A) Em Assembleia Geral Ordinária (i) as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório anual dos auditores independer res do parecer do Comitê de Auditoria e Gestão de Risco ("CAE") e do parecer do Conselho Fiscal da Compa nhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; (ii) o relatório da administração e a: contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) proposta para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (iv) a instalação do Conselho Fiscal; (v) a fixação do número de membros do Conselho Fiscal; (vi) a eleição dos membros do Conselho Fiscal; (vii) a fixação da remuneração global anual dos administradores, incluindo Conselho Fiscal, para o exercício social de 2022; e (viii) a ratificação da mudança do jornal em que são feitas as publicações societárias exigidas por lei. (B) Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) aprovação do Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Omega Desenvolvimento de Energia 18 S.A., (CNPJ/ME nº 42.876.955/0001-57) ("**OD 18**" ou "**Incorporada**") pela Companhia, celebrado pelas administrações da Incorporada e da Companhia, em 28 de marco de 2022 ("**Protocolo e Justificação**" (ii) ratificação da nomeação e contratação, pela Companhia, da Apsis Consultoria Empresarial Ltda ociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, na Rua d Passeio, nº 62, 6º Andar, Centro, CEP 20021-280, inscrita no CNPJ sob o nº 27.281.922/0001-70 ("**Apsis**") para elaboração do laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido da incorporada ("**Laudo de Avaliaçã**o Incorporada"); (iii) aprovação do Laudo de Avaliação Incorporada; (iv) aprovação da incorporação da OD 18 pela Companhia, nos termos e condições previstos no Protocolo e Justificação ("Incorporação"); (v) o aumento do capital social, mediante a emissão de novas ações da Companhia, a serem subscritas pelos ad ministradores da Incorporada por conta dos acionistas dela e integralizadas mediante a Incorporação ("**Au** mento de Capital"); (vi) reforma do artigo 5.º do estatuto para prever a nova cifra do capital social e a quantidade de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal em que se divide o capital depois do Aumento de Capital; e (vii) autorização aos administradores para praticarem todos os atos necessários fetivação das deliberações acima, nos termos previstos no Protocolo e Justificação **Informações Gerais:** participação do acionista ou procurador deverá se dar de modo exclusivamente digital, por meio da plataform digital de videoconferência, nos termos da Instrução CVM nº 481/09 ou por meio dos mecanismos de votaçã a distância, sem a possibilidade de comparecimento físico, em conformidade com as instruções detalhadas na Proposta da Administração e Manual para a Participação de Acionistas divulgada pela Companhia. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., e do art. 17, § 2º, do estatuto da Companhia, para participar da Assembleia Geral os acionistas, ou seus representantes legais, deverão apresentar à Companhia, conforme o caso: (a) compro vante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia nos últimos 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (b) relativamente aos acionista: participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acioná ia, emitido pelo órgão competente; (c) o instrumento que comprove poderes de representação; e (d) cópia de documento de identificação com foto recente e validade nacional (Carteira de Identidade de Registro Gera expedida por órgão autorizado, Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiro expedida por órgão autori ado, passaporte válido expedido por órgão autorizado, carteira de órgão de classe válida como identidad civil para os fins legais, carteira funcional expedida por órgão autorizado ou Carteira Nacional de Habilitação O representante da acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia dos seguintes documentos, devidamen te registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso) (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assen oleia Geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represent a acionista pessoa jurídica. Para os fins dos documentos em relação ao ato que investe o representante de poderes para votar em nome de pessoa jurídica acionista, se o ato for uma reunião de conselho de adminis ração, o acionista deverá providenciar antecipadamente o comprovante do arquivamento do ato no registr competente. No caso de pessoas jurídicas com representantes que não sejam nomeados no próprio contrat social ou com algum procedimento de nomeação por ato em separado, é necessário que o acionista compro ve a validade da nomeação providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente. No tocante aos fundos de investimento acionistas da Companhia, a representação na Assembleia Geral caberá a nstituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento dos referidos fundos de investi mento a respeito do titular de poderes para exercício do direito de voto em relação aos ativos da carteira do fundos. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo deve apresentar os seguinte documentos: (i) cópia do último regulamento consolidado do fundo (caso o regulamento não indique a políti ca de voto do fúndo, apresentar documento que a indique); (ii) estatuto ou contrato social do seu administra dor ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que compro rem os poderes de representação em conformidade ao disposto acima; e (iii) documento de identidade con oto dos representantes legais em conformidade ao disposto acima. Com relação à participação por meio d procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia Geral deverá ter sido ealizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumpri mento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), ocuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. Vale men cionar que (i) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assem bleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financei ra, consoante previsto no artigo 126, §1.º, da Lei das S.A. e no art. 17, § 3º, do estatuto; e (ii) as pessoa urídicas que forem acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em con ormidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de ssoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado en 04.11.2014). Para os documentos dos acionistas expedidos no exterior não será necessária a tradução jura entada, se a língua de origem do documento for o português, o inglês ou o espanhol. Documentos redigido em outras línguas só serão aceitos mediante apresentação de tradução para uma dessas 3 (três) língua nencionadas. A documentação que comprova os poderes de representação dos fundos de investimento e das essoas jurídicas estrangeiras, não precisarão de tradução juramentada, se a língua de origem do document or o português, o inglês ou o espanhol. Documentos redigidos em outras línguas só serão aceitos mediant esentação de tradução juramentada para uma dessas 3 (três) línguas mencionadas. Nos termos do artigo 5º, 83º da IN CVM 481, não será admitido o acesso à plataforma digital que não apresentarem os documer cos de participação no prazo estabelecido. Nos termos do art. 5º, §3º, da ICVM nº 481/09, para permitir adequada organização dos trabalhos, os acionistas que desejarem participar da Assembleia via plataforma digital deverão enviar a documentação requerida, impreterivelmente, com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas) em relação à data e horário da AGOE – isto é, até as 13 horas do dia 27/04/2022 ao uidados do Departamento de Relações com Investidores para o e-mail (ri@omegaenergia.com.br). Os Acio nistas que não apresentarem os documentos de participação no prazo estabelecido, não serão admitidos para ocesso à Plataforma Digital de Acionistas. Os documentos e informações relativos às matérias a serem delibe radas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e na pági na eletrônica da Companhia na rede mundial de computadores (ri.omegaenergia.com.br), tendo sido enviados também à CVM (www.**gov.br**/cvm/) e à B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). São Paulo, 29 de narço de 2022. **José Carlos Reis de Magalhães Neto -** Presidente do Conselho de Administração

Juiz(a) de Direito da 2º Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional XV - Butantă, Estado de São Paulo, Dr(a). Paula Lopes Gomes, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 21/02/2022, foi decretada a INTERDIÇÃO de MARIA BAPTISTA QUINTA, CPF 169.386.438-06, que apresenta o diagnóstico Doença de Alzheimer - CID G30.0 que causa comprometimento irreversivel da cognição, sem capacidade de exprimir suas vontades, não conseguindo manter atividades de vida diária com autonomia, sendo incapaz de aprendizado, ter ou manter atividade laborativa ou ser economicamente independente, a impossibilitando de imprimir diretrizes de vida, declarando-o(a) incapaz de exercer pessoalmente in declarando-o(a) incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeado(a) como CURADOR(A), em caráter DEFINITIVO, o(a) Sr(a), Marcos Roberto Quinta. Com relação aos limites da curatela, devem estes serem restringidos aos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nos termos do art. 85, da Lei nº 13.146/2015, e art. 1782, do Código Civil. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei.NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos de destra de 2023. 24 de fevereiro de 2022



do QR Code ao lado ou pelo site https://flip.gazetasp.com.bi